

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS.** Realizada aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro de 2007, na sede do CMDCA. Abertos os trabalhos pela vice-presidente, solicitando a leitura da ata anterior pela conselheira Simone. A mesma foi aprovada parcialmente, sendo solicitado pela conselheira Cláudia Zanelatto alteração em um item em Assuntos Gerais. A vice-presidente esclareceu o atraso na elaboração dos convênios, uma vez que todos os processos estão na Procuradoria Geral do Município, e logo após existe um trâmite administrativo que é: contabilidade - para informar a disponibilidade financeira; Gabinete do prefeito - para o chefe do Executivo autorizar; e ao Departamento de Licitação Contratos e Convênios para a lavratura do termo em livro próprio. Foi justificada a ausência da secretária Sra Rosangela Machado por motivo de saúde, necessitando de fazer alguns exames. Ressaltou a vice-presidente sobre as instituições que estão perdendo o prazo para as prestações de contas. Foi passada a palavra para a Sra. Rita Caminha, que se colocou à disposição para, se for necessário, agilizar o trâmite dos processos na contabilidade. A vice-presidente informou sobre a carga de trabalho da secretária, pois está ficando inviável acompanhar sozinha todo o fluxo administrativo dos processos, necessitando urgentemente de um (a) auxiliar. A plenária aprovou por unanimidade. Com a palavra o presidente, informando sobre o Programa Integrado 2003 do Centro Educacional São Jorge, que foi aprovado pelo CMDCA no ano de 2003, após muitos debates. Em 2005 houve uma prorrogação por mais 6 (seis) meses. Esclareceu o presidente que não foram repassados mais recursos para este programa e que já existe uma solicitação por parte da entidade de liberação de mais recursos, porém informou que não tomará decisões antes da plenária tomar ciência, para uma futura aprovação, ficando para a próxima reunião melhores esclarecimentos. Ficou acordado que a Comissão de Orçamento Finanças e Fiscalização deverá realizar visitas nas entidades beneficiadas, com a finalidade de acompanhar a realização dos projetos e informar nas plenárias o andamento dos mesmos. No que diz respeito à acusação formulada pela APE – após a qual a entidade não mais compareceu às reuniões deste conselho –, a vice-presidente esclareceu que toda a análise dos documentos foi feita pelo Ministério Público, uma vez que o próprio conselho não poderia formar uma comissão para se auto-investigar. Estamos aguardando o parecer final do Ministério Público por escrito, porém fomos informados pela Dra. Cláudia e Dr. Jorge Araújo, presentes na reunião no Ministério Público, que a princípio não há nada que implique com a seriedade do CMDCA, estando aguardando o arquivamento. Informou o presidente que logo após a resposta do MP será movida uma ação criminal. Com a palavra o conselheiro Jorge Araújo, informando que não pode ser movida nenhuma ação contra a entidade e sim contra sua diretoria. A Sra. Laila, presidente da Oficina Arte em Comum, questionou que tipo de ação criminal poderia ser movido. Esclareceu o presidente que está articulando com o Jurídico a melhor forma, mas que de maneira nenhuma devemos deixar o nome do conselho cair no

descrédito, uma vez que lutamos tanto para que o mesmo tivesse a credibilidade que tem hoje. **Passamos para o próximo item da pauta: aprovação de doações com projetos direcionados.** Foi solicitada pelo presidente uma pesquisa para elaboração de uma resolução que atenda a esse tipo de doação, parabenizando em seguida a Dra. Cláudia Villardo por seu trabalho com criança e adolescente na área de saúde. Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às 19h45.

Jorge da Silva Maia  
Presidente

Vera Lúcia Alves  
Vice-presidente

Simone Cristina de Oliveira  
Secretária ad-hoc